



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
5ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – ESTADO DE RORAIMA**

(BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA)

PROCESSO: 0831729-04.2019.8.23.0010

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado (a) nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente, não se conformando com a respeitável sentença que julgou parcialmente procedente a presente demanda proposta pela parte autora, com fundamento legal nos artigos 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil e demais dispositivos jurídicos aplicáveis a espécie, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

Nestes termos, oferecidas as razões em anexo e com a devida intimação da parte contrária para contrarrazões, determine Vossa Excelência a remessa dos autos à Col. Instância Superior, para os fins de direito.

Termos em que,

Espera deferimento.

Boa Vista – Roraima, 10 de dezembro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB-RR 618N



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

PROCESSO nº: 0831729-04.2019.8.23.0010

RECORRENTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

**RECORRIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO

1. REGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

A parte recorrente estar devidamente representada nos autos, por seu procurador legalmente constituído (procuração constante nos autos).

2. TEMPESTIVIDADE

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sendo, portanto, absolutamente tempestivo.

3. DO CONHECIMENTO

O presente recurso merece ser conhecido, em face do preenchimento de todos os requisitos exigidos pelo nosso Diploma Processual Civil.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

4. PREQUESTIONAMENTO

A matéria constante nas razões recursais tem finalidade de prequestionamento, objetivando possível rediscussão nas instâncias superiores.

5. RESUMO FÁTICO E MÉRITO RECURSAL

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte Recorrente, deixando-a com incapacidade permanente, devido a **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO - TÍBIA e FÍBULA**, conforme demonstra o prontuário (EP. 1.3):

Membros

- ☒ Fratura Tibia ou Fíbula D
- ☐ Amputação
- ☐ Contusão
- ☐ Escoriações
- ☐ Lacerações
- ☐ Luxações

Paciente vítima de colisão moto x moto, segundo populares, encontrava-se em decúbito dorsal, HID lateralizado em sustentação sinétrica, fei insubordinação de membro, informado a TW a central de regulação que informou envio de uma VTR. Colocada Colar Cervical, AVP conforme orientação da regulação.

| ESCALA DE COMA DE GLASGOW | | | |
|---------------------------|-------------------------|--------|------------------|
| Adulto | Menores de 5 anos | Escala | ESCORE DO TRAUMA |
| Abre espontaneamente | Abre espontaneamente | 4 | 10 - 24 |
| Com estímulos auditivos | Com estímulos auditivos | 3 | 25 - 35 |
| Com estímulos dolorosos | Com estímulos dolorosos | 2 | 36 - 45 |
| Não abre os olhos | Não abre os olhos | 1 | 46 - 50 |

ESCALA DE COMA DE GLASGOW

Adulto: 4 (Abre espontaneamente), 3 (Com estímulos auditivos), 2 (Com estímulos dolorosos), 1 (Não abre os olhos)

Menores de 5 anos: 4 (Abre espontaneamente), 3 (Com estímulos auditivos), 2 (Com estímulos dolorosos), 1 (Não abre os olhos)

ESCALA: 4, 3, 2, 1

ESCORE DO TRAUMA: 10 - 24, 25 - 35, 36 - 45, 46 - 50

ORIENTAÇÃO DA REGULAÇÃO

GENTE SEGURA
Dr. Carlos João Batista, Jr.

DIAGRAMA DO CORPO HUMANO

Localização da lesão: FRATURA (indicada no diagrama)

A parte Recorrente efetivamente não recebeu nenhuma importância, erroneamente, pois tinha o entendimento de que fazia jus a receber a



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

importância de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), referente à perda de função vital.

Após ingressar com a presente demanda, foi designada perícia judicial a qual constatou que o MEMBRO INFERIOR DIREITO FOI O SEGMENTO ANATÔMICO ATINGIDO, tendo em vista que o Recorrente sofreu FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA DIREITA (EP. 39), senão vejamos:

Segmento Anatômico
1ª Lesão
2ª Lesão
3ª Lesão

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicada

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida (s);
Fratura exposta Tibia e Fíbula

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas da fase aguda do trauma.
Fratura exposta Tibia e Fíbula

No EP. 72 foi proferida a sentença de procedência, na qual foi levada em consideração a debilidade anatômica de 25% do membro inferior direito, conforme prontuário hospitalar e laudo do perito do Juízo, conforme abaixo transcrito:

SENTENÇA

(...)

Pois bem.

No caso dos autos, a perícia médica realizada confirmou que a parte autora em decorrência de acidente de trânsito, **ficou com dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequela) no membro inferior direito, em percentual de 25%.**

Dessa forma, podemos concluir, portanto, que a parte autora faz jus a indenização no valor de 25% do valor máximo a ser pago quando se trata de sequela no segmento do membro inferior que, de acordo com a Lei, tem percentual de 70% do teto máximo de indenização fixada na Lei n.º 6.194/74 (R\$13.500,00) – conforme consta do Anexo da Lei.

Assim, calculando o valor de indenização a que se **chega em razão da lesão apontada no membro inferior direito é de 25% de R\$**



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

9.450,00 (70% como valor da lesão em relação ao teto máximo indenizatório), totalizando o valor de R\$ 2.362,50.

DISPOSITIVO

Posto isso, o pedido de indenização fixando o mesmo no valor **JULGO PROCEDENTE** de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em sintonia com o exame pericial, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Fixo juros e correção monetária na forma definida na fundamentação." (GRIFOU-SE)

Por não se conforme com a sentença proferida, a Recorrida interpôs embargos de declaração sob a alegação de que houve "contradição na sentença proferida", uma vez que o Embargado teria sofrido "invalidéz permanente de tornozelo direito 25%", o que não deveria prevalecer e que restará demonstrado.

Mas no EP. 88.1 foi proferida a sentença que reconheceu a lesão no tornozelo e diminuiu o valor da indenização de R\$ 2.362,50 para R\$ 843,75, conforme abaixo:

"SENTENÇA

(...)

Dessa forma, é de rigor afastar a contradição da sentença embargada **para reconhecer a lesão no tornozelo direito, em percentual de 25%**, fixando a indenização no valor de R\$ 843,75.

DISPOSITIVO

Dessa forma, acolho o presente embargos de declaração para suprir a contradição apresentada na sentença embargada fixando o valor da indenização em R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)." (grifou-se)

A respeitada decisão de procedência dos embargos de declaração é merecedora de reforma para restabelecer a primeira sentença do EP. 72, a qual determinou acertadamente a indenização de conformidade com a verdadeira lesão sofrido pelo Recorrente, ou seja, lesão no membro inferior direito de 25% de R\$ 9.450,00 (70% como valor da lesão em relação ao teto máximo indenizatório), totalizando o valor de R\$ 2.362,50.



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Excelências, o sinistro causou fratura no MEMBRO INFERIOR DIREITO (TÍBIA E FÍBULA DIREITA), conforme demonstra o PRONTUÁRIO HOSPITALAR, LAUDOS E PERÍCIA JUDICIAL, cuja lesão daria direito a uma indenização proporcional (25%) no valor de R\$ 2.362,50.

Ora, a indenização não pode ser calculada com base na repercussão causada em membro ou órgão diferente da fratura, pois se assim fosse, aquela pessoa que sofresse fratura no quadril teria direito à indenização no valor fixado para os membros inferiores, ou então, aquele que sofresse fratura na clavícula teria direito à repercussão no membro superior, no entanto, não é isso que ocorre, de acordo com a interpretação jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. FRATURA NA CLAVÍCULA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO CALCULADA SOBRE O MEMBRO SUPERIOR. INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DO JUIZ SOBRE O RESULTADO DO LAUDO PERICIAL. SEQUELA RESTRITA À REGIÃO LESIONADA. VALOR INDENITÁRIO QUE DEVE CORRESPONDER AO SEGMENTO DO CORPO QUE SE TORNOU INVÁLIDO. REDUÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. **A indenização do Seguro DPVAT não é definida levando em consideração as repercussões físicas da invalidez no corpo do segurado como um todo, mas a sequela no próprio segmento corporal que se tornou inválido total ou parcialmente. Não por outra razão é que a Lei n.11.945/2009 inseriu a Tabela de Danos Corporais como Anexo da Lei de Regência do Seguro Obrigatório, identificando cada parte do corpo humano e atribuindo a ela um valor indenizatório correspondente à sua invalidez.**

(TJ-SC - AC: 03004532420158240010 Braco do Norte 0300453-24.2015.8.24.0010, Relator: Jairo Fernandes Gonçalves, Data de Julgamento: 10/07/2018, Quinta Câmara de Direito Civil) (grifou-se)

O fato é que a legislação fragmentou o corpo humano em várias partes, onde a cada uma desta é atribuído um valor de forma proporcional ao percentual de lesão fixada pela perícia, conforme tabela abaixo de **indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez:**



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

| Danos corporais parciais | Grau de Invalidez (Sequelas) | | | | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|
| | Residual (10%) | Leve (25%) | Média (50%) | Intensa (75%) | Completa (100%) |
| Lesões Neurológicas | R\$ 1.350,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 13.500,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,00 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho. | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo . | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar). | R\$ 135,00 | R\$ 337,50 | R\$ 675,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 1.350,00 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | - | - | - | - | R\$ 1.350,00 |

Deste modo, o Apelante faz jus a receber a indenização proporcional no valor equivalente a R\$ 2.362,50, conforme determinado na primeira sentença, pois o Recorrente não sofreu nenhuma lesão no tornozelo e a repercussão causada a este é consequência natural da fratura do membro inferior, conforme demonstrado.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, espera a parte Recorrente o conhecimento e provimento do presente Recurso de Apelação, para que seja reformada a respeitável sentença de provimento dos embargos de declaração prolatada pelo MM. Juiz da 5ª. Vara Cível de Boa Vista-RR, a fim de que desconsidere a debilidade em tornozelo e declare a fratura em MEMBRO INFERIOR DIREITO (TÍBIA E FÍBULA DIREITA), conforme demonstra o PRONTUÁRIO HOSPITALAR, LAUDOS E PERÍCIA JUDICIAL, cuja lesão dar direito a uma indenização proporcional no valor de R\$ 2.362,50, pois a debilidade foi majorada em 25%.

Requer seja condenada a Recorrida a pagar os honorários advocatícios no mesmo valor do que foi determinado na sentença, como medida de inteira justiça.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Termos em que,

Espera deferimento.

Boa Vista – Roraima, 10 de dezembro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB-RR 618

